

Caesb prevê racionamento em 90

Governo veta financiamento à ampliação da barragem do Descoberto

Toda a população de Brasília passará a sofrer sérios problemas de abastecimento de água a partir de 1990, se dentro de dois meses não forem iniciadas as obras de duplicação do sistema do rio Descoberto. Este será o principal reflexo da suspensão dos financiamentos bancários a empresas públicas, no DF, de acordo com o presidente da Caesb, William Penido. O Governo Federal não receberá os US\$ 100 milhões já autorizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, se não assegurar a contrapartida no prazo máximo de 60 dias.

A partir do próximo ano, o racionamento já deixará de ser "invisível" ou tarifário, para se tornar "mais físico", com o corte efetivo da água, explica Penido. Mas é em 1990 que a situação ficará mais crítica, atingindo até o Plano Piloto. A satélite mais prejudicada será a Gama, onde o saneamento ainda é muito precário. A urgência da contratação da obra está relacionada também ao prazo de um ano e meio para o recebimento do maquinário necessário, que só é fabricado sob encomenda. Além desses recursos, a Caesb deixa de dispor de Cz\$ 2 bilhões para pequenas obras de água e esgoto.

LAGO

Já a despoluição do Lago Paranoá e a ampliação das duas estações de tratamento de água não serão afetados, pois os recursos já estavam liberados quando o Banco Central determinou a suspensão dos repasses. A obra (que envolve cerca de Cz\$ 10 bilhões em verbas) do Banco Mundial, Seplán e Caixa Econômica Federal) e alguns

pequenos projetos já autorizados que somam um total de Cz\$ 800 milhões, continuarão em andamento, segundo Penido.

No Gama, onde a ocupação da bacia hídrica para exploração agrícola está deteriorando a nascente, deixarão de ser investidos Cz\$ 300 milhões. Outras comunidades prejudicadas serão os moradores da Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, em programas num total de Cz\$ 200 milhões. Penido garante ainda que o setor de saneamento, que é uma das áreas responsáveis pela maior geração de emprego e renda, deixará de cumprir esse papel momentaneamente.

No dia 17, vence o primeiro prazo para a garantia brasileira da contrapartida, junto ao Bid. O prazo será estendido por mais dois meses, quando o Governo Federal poderá evitar o risco de "deixar de captar US\$ 100 milhões desse banco", afirma o presidente da Caesb. Enquanto a cada ano a população brasiliense aumenta em torno de 100 mil pessoas a quantidade de água disponível não cresce.

O grave quadro de abastecimento deficiente só concretizará se as autoridades do setor não assegurarem os recursos necessários para a implementação dos projetos previstos. Se as perspectivas são sombrias, a situação atual indica uma posição privilegiada da cidade em relação a outros centros urbanos. Enquanto o país fixa a meta de atender 90 por cento da população com o abastecimento de água e 60 por cento com o saneamento básico, em Brasília 98 por cento da comunidade já recebem água potável e dispõem de saneamento mínimo, afirmou o governador José Aparecido.

Empresas buscam solução

O governador José Aparecido abriu ontem o 16º Encontro dos Dirigentes das Empresas Estaduais de Saneamento Básico, no auditório da Caesb, onde está sendo discutido a suspensão dos financiamentos a órgãos municipais, estaduais e federais, determinada no dia 26 passado pelo Banco Central. De acordo com o presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico, Gastão Bierrembach, se o setor não for excluído da determinação, todos os Estados estarão ameaçados de falta de água a partir de 1991.

Através do encontro, que será encerrado hoje, os diretores de órgãos de saneamento pretendem obter do Governo Federal

a liberação dos financiamentos, para evitar que importantes obras sejam paralisadas. Para Bierrembach, "a solução é uma abertura seletiva dos empréstimos". Durante a abertura do encontro, Bierrembach homenageou o governador José Aparecido com uma placa.

O presidente da Caesb explicou que o setor de saneamento é prioritário para a saúde pública e bem-estar social, esclarecendo que não pode sofrer interrupções, garante. Embora estivesse prevista, não se concretizou a presença do ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Vianna, ou de um representante.